



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

COMUNIDADES TRADICIONAIS: REPRESENTATIVIDADE NOS CONSELHOS DOS PARQUES ESTADUAIS FLUMINENSES¹

Hedinene Silva da Costa¹; Daniel Fonseca de Andrade²

¹Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: hedinene@edu.unirio.br

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: daniel.andrade@unirio.br

GT 15: Políticas Públicas de Educação Ambiental: planejamento, execução, monitoramento e avaliação de iniciativas estruturantes que fortaleçam as (r)existências.

RESUMO

Os desafios impostos pela crise global demonstram que é imprescindível acionarmos o conjunto de saberes e práticas tradicionais que compõem a sociobiodiversidade do Brasil. O presente estudo tem o objetivo de mapear as comunidades tradicionais que compõem os conselhos consultivos dos onze parques estaduais que estão sob a gestão do estado do Rio de Janeiro. Quanto à metodologia, foi realizado um levantamento bibliográfico e a análise documental das portarias que instituem os conselhos. Os dados foram organizados em seis categorias: órgãos públicos, empresas, ensino e pesquisa, UC, entidades de classe/entidade privada e comunidades tradicionais. Os resultados indicaram que apesar da participação de representantes quilombolas, pescadores artesanais, sítiantes e agricultores, o percentual dessa representatividade ainda é incipiente.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

PALAVRAS-CHAVES: participação social; políticas públicas; educação ambiental.

DESTAQUES (highlights)

1. Os saberes tradicionais são essenciais para o fortalecimento das políticas públicas de educação ambiental em áreas protegidas;
2. Mapeamento da representatividade de comunidades tradicionais em conselhos nos parques estaduais do Rio de Janeiro;
3. A importância da incorporação de práticas tradicionais na implementação de políticas de conservação em áreas protegidas;
4. Recomendação de novos estudos que avaliem a participação das comunidades tradicionais em conselhos consultivos dos parques estaduais sob a gestão do estado do Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

Uma catástrofe social e ecológica de proporções globais está em curso no planeta. A complexa teia da vida, da qual dependemos, se desfaz a cada dia. Estamos na iminência de um futuro sombrio, caracterizado entre outros aspectos, pela perda da biodiversidade e os impactos dos eventos climáticos. Nesse contexto, nossas escolhas se restringem a um cenário pior ou a um colapso total da vida no planeta (Marques, 2023).

Para Marques (2023), um futuro desafiador é praticamente inevitável. Contudo, o autor argumenta que ações políticas radicais nas esferas locais, regionais e globais podem viabilizar a transformação desse contexto e oferecer possibilidades para a construção de alternativas de adaptação que contribuam para ressignificar a realidade.

Ao invés de mobilizar os mesmos poderes que colonizaram o planeta, um dos caminhos pode ser acionar as memórias ancestrais, os saberes e práticas tradicionais não escaláveis (Stengers, 2015), e tecer redes

Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

de solidariedade que confluem para essa transformação. Caso contrário, é possível que sigamos a trajetória atual, rumo a um futuro cada vez mais incerto e hostil, conforme previsto pela ciência (Martin *et al.* 2021; Marques, 2023).

Estudos recentes (Levis *et al.* 2024) indicam que embora as estratégias de conservação convencionais sejam importantes, o ponto de esperança para a proteção da biodiversidade pode residir na valorização dos saberes e práticas das comunidades tradicionais e povos indígenas. Os autores argumentam que as ciências e as políticas de conservação devem considerar a integração da diversidade cultural e os conhecimentos desses povos e comunidades. Essa abordagem, segundo eles, pode fortalecer significativamente as estratégias para enfrentar a crise global que vivemos.

A pesquisa de Ellis *et al.* (2021), reforça a relevância histórica dessa perspectiva, ao demonstrar que a influência das sociedades humanas no planeta é ancestral, pois essas sociedades estão moldando ecossistemas, como a Mata Atlântica, há pelo menos doze mil anos. De acordo com os autores, a crise sistêmica que está em curso é resultado da apropriação, colonização e uso intensificado das paisagens culturais e não pela perda de terras intocadas, pois com base em reconstruções globais do uso da terra e das populações, apenas cerca de 17% de terras no planeta não tinham evidências de uso humano no período supracitado. Ainda, Ellis *et al.* (2021) afirmam que o reconhecimento da profunda relação cultural com a biodiversidade se mostra essencial para o enfrentamento dessa crise.

Para Stengers (2015), uma mudança profunda exige a ressignificação de uma visão dualista, e para isso é essencial integrar os saberes tradicionais e dialogar com movimentos políticos e epistêmicos. Nesse cenário, a educação pode ser entendida como um processo fundamental, uma vez que sua finalidade: qualificação, socialização e subjetivação (Biesta, 2012), são cruciais para impulsionar mudanças.

A educação ambiental (EA) com inspirações decoloniais, como argumenta Andrade (2024), pode ser uma lente epistêmica essencial. De acordo com o autor, a EA decolonial se baseia em processos educativos fundamentados em ontologias não ocidentais, que politizam o conhecimento, denunciam os aspectos coloniais

Realização:



USP



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

e a ontologia por ele produzida. Nesta perspectiva, acionar os saberes ancestrais nas ações de educação ambiental em áreas protegidas pode ser um dos caminhos para a integração política e epistêmica.

Este estudo tem o objetivo de mapear as comunidades tradicionais que estão representadas nos conselhos consultivos dos onze parques estaduais (PE), situados na Mata Atlântica, que estão sob a gestão do estado do Rio de Janeiro.

Considerando que a integração e a otimização da relação com as comunidades do entorno é um dos desafios da gestão dos PE no estado (Costa; Andrade; Oliveira; Bernado, 2024), e reconhecendo o potencial desses parques na promoção de processos educativos, este trabalho pode contribuir para a construção de conhecimento sobre a importância da incorporação de saberes e práticas tradicionais na implementação de políticas públicas de educação ambiental (EA) em PE.

Quanto a metodologia, foi realizada uma análise documental das portarias que instituem os conselhos consultivos dos onze PE, publicadas entre os anos de 2021 e 2023 no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro.

Este texto está organizado em quatro seções. A seção um introduz o leitor ao tema. A seguir, a seção dois apresenta uma contextualização dos parques estaduais sob a gestão do estado do Rio de Janeiro. A seção três traz os resultados, a composição dos conselhos consultivos dos PE e discussões, respondendo o objetivo. Por fim, a seção quatro traz as considerações finais da pesquisa.

2. Parques Estaduais sob a gestão do Estado do Rio de Janeiro

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA) é o órgão gestor responsável pela implementação de políticas ambientais e pela gestão desses onze PE no estado: Três Picos, Cunhambebe, Desengano, Ilha Grande, Pedra Branca, Costa do Sol, Serra da Tiririca, Mendanha, Pedra Selada, Serra da Concórdia e Lagoa do Açu. De acordo com dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), juntos, esses parques

Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

correspondem a 177.331 hectares de área total protegida no bioma Mata Atlântica, e abrangem aproximadamente 27 municípios do estado: Rio de Janeiro, Mesquita, Nova Iguaçu, Campos dos Goitacazes, Santa Maria Madalena, São Fidélis, Maricá, Niterói, Valença, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Nova Friburgo, Silva Jardim, Teresópolis, Mangaratiba, Rio Claro, Angra dos Reis, Itaguaí, Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Saquarema, São João da Barra, Itatiaia e Resende (Brasil, 2024).

O SNUC prevê que a criação desses PE tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas, possibilitando a realização de pesquisas científicas, recreação, turismo ecológico e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental (Brasil, 2000). Para que os objetivos de criação desses parques sejam alcançados é necessário que tenham o Plano de Manejo, o principal instrumento de implementação de políticas públicas, nesses espaços. Esse documento orienta as ações que podem ser executadas nos parques.

Além disso, o SNUC estabelece a criação de conselhos consultivos, instrumento de política pública, que formalmente viabiliza a participação social na gestão dos PE (Brasil, 2000). Esse instrumento tem entre as suas competências o acompanhamento, a elaboração, a implementação e a revisão do plano de manejo, a busca pela integração dos PE com o seu entorno, a resolução de conflitos, entre outras funções. Para Loureiro, Azaziel e Franca (2007), o bom funcionamento dos conselhos consultivos pode depender do grau de legitimidade e representatividade alcançada na atuação, que deve promover a participação efetiva de todos os agentes sociais.

Os conselhos consultivos dos PE fluminenses são instituídos por portarias do INEA (Quadro 1), publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e podem ser renovados, por meio de edital, a cada dois anos.

Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Quadro 1- Conselhos Consultivos ativos nos Parques Estaduais.

Parque Estadual	Portaria publicada no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro
Três Picos	Portaria INEA N° 16, de 16 de janeiro de 2023.
Cunhambebe	Portaria INEA/ DIRBAPE n°3, de 29 de março de 2022.
Desengano	Portaria INEA n° 09, de 02 de setembro de 2022.
Ilha Grande	Portaria INEA SEI N° 13, de 03 de novembro de 2022.
Pedra Branca	Portaria INEA/DIRBAPE N° 27, de 14 de agosto de 2023.
Costa do Sol	Portaria INEA/ DIRBAPE n° 24, de 04 de setembro de 2021.
Serra da Tiririca	Portaria INEA/DIRBAPE n° 29, de 21 de setembro de 2021.
Mendanha	Portaria INEA/DIRBAPE N° 31, de 29 de novembro de 2023.
Pedra Selada	Portaria INEA N° 32, de 04 de novembro de 2021.
Serra da Concórdia	Portaria INEA/DIRBAPE n°7 de 19 de agosto de 2022.
Lagoa do Açu	Portaria INEA/DIRBAPE N° 20, de 23 de maio de 2023.

Fonte: Autores (2024).

O decreto que regulamenta o SNUC prevê que os conselhos consultivos são compostos por representantes de órgãos públicos, empresas e sociedade civil. Indica também, a participação da população tradicional. Além disso, os conselhos consultivos, têm entre as suas competências a proposição de diretrizes e ações para integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso (Brasil, 2002). Essa é uma competência que se relaciona diretamente com o objetivo da implementação das políticas públicas de EA não formal (Brasil, 1999; Brasil, 2000).

3. A composição dos conselhos consultivos e a participação das comunidades tradicionais

A análise das portarias do INEA demonstrou que os conselhos reúnem aproximadamente 243 representantes de órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino superior e pesquisa, UC, entidades de classe e iniciativa privada e comunidades tradicionais. Após uma análise inicial, esses dados foram organizados por afinidades de áreas em seis categorias (Figura 1): órgãos públicos, empresas, ensino e pesquisa, UC, entidades de classe/ iniciativa privada e comunidades tradicionais.

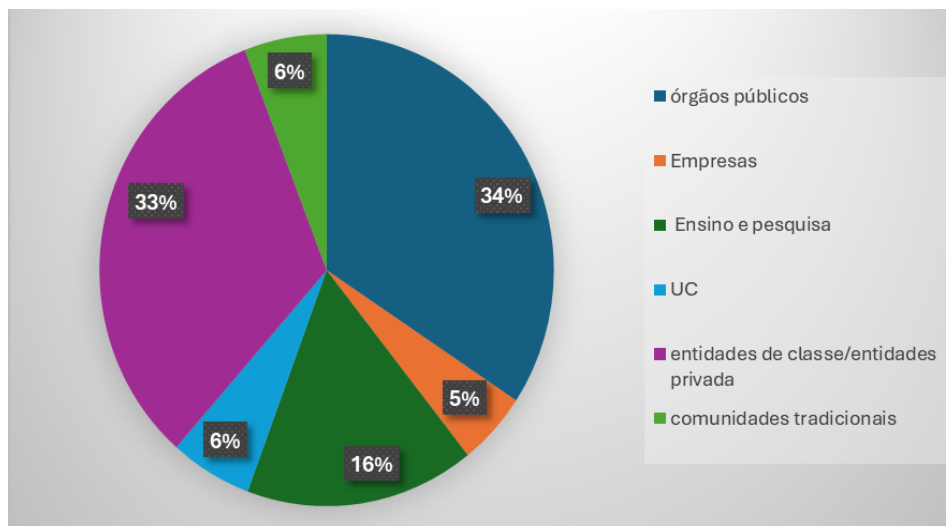


XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Figura 1: Composição dos Conselhos Consultivos dos Parques Estaduais.



Fonte: Autores (2024).

A categoria “órgãos públicos” é composta por 82 representantes da administração pública, o órgão gestor dos PE, prefeituras municipais, secretarias de meio ambiente, fundações, institutos e companhias públicas, e corresponde a 34% da composição dos conselhos consultivos dos PE.

A categoria “empresas” é formada por 12 empresas que atuam nos segmentos de mineração, logística do transporte de carga, geração de energia nuclear, geração de energia elétrica, turismo e consultoria ambiental, e correspondem a 5% dos membros dos conselhos.

Na categoria “ensino e pesquisa”, correlacionamos 39 instituições entre as quais estão escolas municipais, unidades de ensino privadas, centros universitários, universidades estaduais e federais do estado do Rio de Janeiro, institutos e fundações de pesquisas. Essa categoria representa 16% da composição dos conselhos consultivos.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Na categoria “UC”, foram reunidas 14 UC que abrangem, Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Extrativista Marinha, Reservas particulares do Patrimônio Natural e Parques Municipais. Essas UC representam 6% da composição dos conselhos consultivos dos PE.

A categoria “entidades de classe/ iniciativa privada” reúne 78 representantes da sociedade civil, como associações de ecoturismo, turismo e montanhismo, brigadas ambientais, ONGs de educação ambiental, sindicatos, associações comerciais, hoteleiras e de empreendedores, associação de mulheres, associações de licenciamento ambiental e representantes de condomínios residenciais. Juntos, compõem 33% da composição dos conselhos consultivos dos PE.

Por fim, a categoria “comunidades tradicionais”, que responde ao objetivo deste estudo, foi composta por 14 representantes. Entre esses estão quilombolas, pescadores artesanais, sítiantes tradicionais e agricultores, que representam 6% da composição dos conselhos consultivos dos PE do estado do Rio de Janeiro.

Além disso, foi possível verificar que apenas nove (Quadro 2) de 11 conselhos consultivos possuem membros de comunidades tradicionais na sua composição.

Quadro 2- Comunidades Tradicionais que compõem os Conselhos Consultivos dos Parques Estaduais sob a gestão do estado do Rio de Janeiro.

<p>Parque Estadual Três Picos Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Comunidades de Baixada de Salinas, Três Picos e Campestre;</p>
<p>Parque Estadual Desengano Associação Quilombola de Aleluia, Batatal e Cambucá;</p>
<p>Parque Estadual Cunhambebe Associação dos Moradores Amigos e Amigas da Fazenda Santa Justina; Associação dos Pescadores e Maricultores da Ilha da Marambaia; Associação dos Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira; Comunidade Quilombola do Alto da Serra;</p>



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

<p>Parque Estadual Ilha Grande Associação de Moradores da Vila de Dois Rios Associação de Moradores da Praia Vermelha Associação de Moradores Tradicionais e Amigos da Parnaiooca - A M O T A P</p>
<p>Parque Estadual Mendanha Associação de Agricultores – AAMA</p>
<p>Parque Estadual Pedra Branca Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca; Associação dos Moradores e Remanescentes do Quilombo de Vargem Grande;</p>
<p>Parque Estadual Serra da Tiririca Associação da Comunidade Tradicional do Engenho do Mato; Associação dos Sitiantes Tradicionais da Serra da Tiririca;</p>
<p>Parque Estadual Costa do Sol Associação dos Remanescentes do Quilombo da Baía Formosa;</p>
<p>Parque Estadual Lagoa do Açú Associação de Amigos e Moradores do Açú;</p>

Fonte: autores (2024).

A análise da representatividade dessas comunidades nos conselhos demonstra que o PE Cunhambebe concentra quatro comunidades (sendo duas quilombolas e duas comunidades de pescadores artesanais). Em segundo lugar, o PE Ilha Grande com três comunidades de pescadores na composição do seu conselho consultivo. A maioria dos PE se limita a um ou dois representantes por conselho. Os PE Pedra Selada e Serra da Concórdia não possuem membros de comunidades tradicionais na composição dos seus conselhos consultivos.

No que se refere especificamente ao objetivo deste estudo, a identificação de 14 representações de comunidades tradicionais nos conselhos consultivos dos PE sob a gestão do estado se configura, ainda que incipiente, como um dos caminhos possíveis para acionar os saberes ancestrais (Stengers, 2015) da floresta.

Contudo, é importante considerar que o funcionamento dos conselhos consultivos pode depender do grau de legitimidade e representatividade na atuação dos seus membros. Por outro lado, se comparado ao percentual de 34% de representantes da administração pública, a participação de 6% de comunidades



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

tradicional é desproporcional, ou seja, seria necessário estudos que investigassem se de fato existe a promoção da participação social efetiva desses representantes nos onze conselhos consultivos dos PE.

Para Stengers (2015), é preciso reaprender a pensar e agir de forma a construir novas narrativas, uma mudança de paradigma, que nos permita reconhecer a natureza não como um recurso a ser explorado, mas como um sistema complexo do qual somos parte. Neste sentido, incentivar a participação dessas comunidades em PE pode ser uma das estratégias para construir narrativas a partir de ontologias não ocidentais e consequentemente, ampliar as chances de adaptação frente aos impactos do colapso socioambiental em curso.

4. Considerações Finais

Este trabalho se propôs a mapear as comunidades tradicionais representadas nos conselhos consultivos dos onze parques estaduais, situados na Mata Atlântica, que estão sob a gestão do estado do Rio de Janeiro. Para tal, foi realizada uma análise documental das portarias que instituem os conselhos consultivos desses parques, publicadas entre os anos de 2021 e 2023 no Diário Oficial do estado do Rio de Janeiro.

Pelo exposto, entende-se que apesar de o conselho consultivo ser um instrumento de política pública que garante a legitimidade da participação de comunidades tradicionais nesses espaços, essa representação é incipiente. Considerando que este trabalho não teve o objetivo de verificar como se dá essa participação, e sim mapear a representatividade dessas comunidades tradicionais nos conselhos dos parques estaduais, recomenda-se futuras pesquisas que avaliem essas especificidades.

A partir da teoria compartilhada, é possível considerar que a incorporação dos conhecimentos tradicionais nas políticas de conservação, o respeito e o incentivo ao envolvimento dessas comunidades tradicionais e o agenciamento de memórias ancestrais, pode ser uma alternativa para evidenciar o potencial cultural das florestas e subsidiar ações de adaptação, frente ao colapso socioambiental em curso. Além disso, essa integração pode modular ações de EA que efetivamente politizem o conhecimento, questione as

Realização:



USP



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

ontologias coloniais, fortaleçam a valorização da sociobiodiversidade e a construção de redes de solidariedade nesses territórios.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F. de. Conservacionista, pragmática, crítica, pós-crítica e decolonial: itinerários epistêmicos da educação ambiental pelas dimensões do pensamento. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 30, 2024.

BIESTA, G. Boa Educação na era da Mensuração. **Cadernos de Pesquisa** v.4 n°147. 2012 p.808-825.

BRASIL. **Lei Nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº4.340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº9.9985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC, e dá outras providências. Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%204.340-2002?OpenDocument. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília.1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Painel Unidades de Conservação Brasileira**. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. 2024. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em 17 dez. 2024.

COSTA, H. S.; ANDRADE, D. F. de.; OLIVEIRA, M.A.S.A. BERNARDO, C. S. P. A Trajetória Da Educação Ambiental No Parque Estadual Cunhambebe, Rio De Janeiro - Brasil. **Geoconexões**, [S. l.], v. 2, n. 19, p. 328–349, 2024. DOI: 10.15628/geoconexes.2024.17364.

Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP 30 - ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

ELLIS, E.C. *et al.* People have shaped most of terrestrial nature for at least 12,000 years. **PNAS**. 2021. <https://doi.org/10.1073/pnas.2023483118>.

LEVIS, C. *et al.* Contributions of human cultures to biodiversity and ecosystem conservation. **Nature Ecology Evolution** 8, p.866–879. 2024. <https://doi.org/10.1038/s41559-024-02356-1>.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. Educação Ambiental e conselho em unidades de conservação. Aspectos teóricos e metodológicos. **Ibase**: Instituto Terra Azul: Parque Nacional da Tijuca, 2007.

MARQUES, L. **O Decênio Decisivo**. Propostas para uma Política de sobrevivência. Editora Elefante 2023. p.624.

MARTIN, M. A. *et al.* Dez Novos Insights na Ciência do Clima 2021; A Horizon Scan. Em **Sustentabilidade Global**. doi:10.1017/sus.2021.25..

STENGERS, I. **Uma outra ciência é possível. Manifesto por uma desaceleração das ciências**. Bazar do Tempo.2023.

Realização:



USP



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

